

PR-CE-00012300/2025



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA - CEARÁ

OFÍCIO nº 1181/2025 - MPF/NTC/CE - GAB/AMM

Fortaleza, 5 de março de 2025.

Ilmo. Senhor.,

Thiago Halley Anacé

Coordenador Regional NE II

Rua Gervásio de Castro, nº 53, Bairro Benfica, Fortaleza/CE - CEP: 60.015-343

cr.nordeste2@funai.gov.br/ tel.: (85) 9.9268-9185

Ref.: PA nº 1.15.003.000045/2019-94

Ilmo. Sr.,

Cumprimentando-o, com o objetivo de instruir procedimento em epígrafe, instaurado com a finalidade de acompanhar a implantação do empreendimento denominado Projeto Santa Quitéria, **REQUISITO**, com base no art. 8º, inciso VII, da Lei Complementar n.º 75/93, a remessa a esta Procuradoria das seguintes informações e adoção da diligência apontada:

- c.1) a concessão de acesso aos autos do processo 08620.006054/2020-45 ao Conselho Indígena Potigatapuia da Serra das Matas;
- c.2) que esclareça o porquê da não realização da consulta prévia, livre e informada dos habitantes da TI Serra das Matas, considerando que já houve a RECOMENDAÇÃO Nº 01/2022 exarada por este MPF, em que se exigia da FUNAI a emissão de “posicionamento acerca do componente indígena do Processo de Licenciamento Ambiental nº 02001.014391/2020-17, de forma a contemplar todas as aldeias indígenas localizadas na região do Projeto Santa Quitéria e não apenas aquelas que se encontram demarcadas”; bem como a própria adaptação do EIA/RIMA pelo empreendedor após a prolação do Parecer Técnico nº 148/2022 pelo IBAMA, para se alargar os estudos referentes às comunidades tradicionais;

Rua João Brígido, Nº 1260, Joaquim Távora - Cep 60135080 - Fortaleza-CE. Prcs-
sac@mpf.mp.br - (85)32667300

Segue, em anexo, a RECOMENDAÇÃO Nº 01/2022, citada nesse expediente.

Informando que os dados são indispensáveis à análise e possível ajuizamento das medidas judiciais cabíveis, fixo, para tanto, nos termos do art. 8º, §5º da LC n.º 75/93, o prazo de 10 (dez) dias úteis para o atendimento da presente requisição, sendo que **o descumprimento ou retardamento do prazo implica na sanção do art. 10 da Lei nº. 7347/851**^[1].

A resposta deverá ser apresentada de forma digital, através do sistema eletrônico, disponível no MPF Serviços (www.mpf.mp.br/mpfservicos).

Atenciosamente,

ALEXANDRE MEIRELES MARQUES
PROCURADOR DA REPÚBLICA

Notas

1. [^] Art. 10. Constitui crime, punido com pena de reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, mais multa de 10 (dez) a 1.000 (mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN, a recusa, o retardamento ou a omissão de dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil, quando requisitados pelo Ministério Público.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SOBRAL/CE

Em ref. ao Procedimento de Acompanhamento nº 1.15.003.000045/2019-94

PRM-SOB-CE-00002973/2022

RECOMENDAÇÃO Nº 01 /2022

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio da Procuradora da República subscrita, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 127, caput, e artigo 129, incisos II e III, ambos da Constituição da República; artigo 5º, inciso V, alínea “a”, e artigo 6º, inciso VII, alíneas “a” e “d”, e inciso XX, todos da Lei Complementar n.º 75/93; artigo 4º, inciso IV, e artigo 23, ambos da Resolução n.º 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público Federal a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, da Constituição Federal/1988);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público Federal promover a ação civil pública e o inquérito civil, para a proteção do meio ambiente e do patrimônio público e de outros interesses difusos e coletivos, aí incluídos os bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (art. 129, III, da Constituição Federal/1988 e artigos 5º, III, “b” e “d”, e 6º, VII, “b”, da Lei Complementar nº 75/1993);

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público Federal proteger os interesses difusos (art. 6º, VI, “d”, da Lei Complementar nº 75/93) e zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, inclusive quanto ao patrimônio cultural brasileiro e ao meio ambiente (art. 129, II, da Constituição Federal/1988 e art. 6º, XIV, “d” e “g”, da Lei Complementar nº

75/93);

CONSIDERANDO que à administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios cabe obedecer aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, caput, da Constituição Federal/1988);

CONSIDERANDO que constituem crimes contra a administração ambiental fazer o funcionário público afirmação falsa ou enganosa, omitir a verdade, sonegar informações ou dados técnico-científicos em procedimentos de autorização ou de licenciamento ambiental, bem como conceder o funcionário público licença, autorização ou permissão em desacordo com as normas ambientais, para as atividades, obras ou serviços cuja realização depende de ato autorizativo do Poder Público (arts.66 e 67 da Lei nº 9.605/98);

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput da Constituição Federal), devendo o Poder Público, para garantir efetividade ao direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, exigir, para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental (art. 225, caput e §1º, IV da CF);

CONSIDERANDO que o licenciamento ambiental de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras constitui instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente (ar. 9º, IV, Lei n. 6.938/81), razão pela qual o procedimento de licenciamento ambiental não pode se furtar à avaliação dos impactos que os empreendimentos acarretam sobre o desenvolvimento socioeconômico de comunidades locais, impondo-se o indeferimento das Licenças Ambientais sempre que houver grave violação aos direitos humanos,

aos espaços territoriais e aos modos de vida que conformam a dignidade humana de povos e comunidades tradicionais;

CONSIDERANDO que a defesa do meio ambiente é um dos princípios constitucionais a condicionar o legítimo exercício da atividade econômica (art. 170, VI, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a tutela do patrimônio cultural está englobada naquela própria do meio ambiente, ensejando a incidência dos princípios da precaução e da prevenção, a determinar que a incerteza sobre desdobramentos de certas atividades não poderá ser invocada como fundamento para a postergação ou omissão na adoção de medidas tendentes a garantir a proteção dos bens culturais e ambientais de forma geral, bem como a impor a implementação de providências capazes de evitar a consumação dos danos em questão;

CONSIDERANDO que para a eficácia da tutela do patrimônio cultural é essencial a adoção de medidas preventivas, voltadas a evitar não só a consumação do dano, mas a própria criação do risco, tanto que a Constituição da República/1988 prevê a punição da mera ameaça ao patrimônio cultural, na forma da lei (art. 216, §4º);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988 reconhece direitos diferenciados aos povos indígenas (artigos 231 e 232), às comunidades quilombolas (artigo 68 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias) e aos povos e comunidades tradicionais (artigos 215 e 216);

CONSIDERANDO o Decreto nº. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;

CONSIDERANDO que o Brasil ratificou a Convenção Americana de Direitos Humanos por meio do Decreto Presidencial nº. 678, de 6 de novembro de 1992;

CONSIDERANDO que o Brasil é signatário da Convenção nº.

169 da Organização Internacional do Trabalho sobre direitos dos povos indígenas e tribais, cujo texto foi aprovado no país por meio do Decreto Legislativo nº. 143 de 20 de junho de 2002; e o instrumento de ratificação depositado perante a OIT em 25 de julho de 2002; bem como foi promulgada através do Decreto Presidencial nº 5.051 de 19 de abril de 2004, estando vigente em todo o território nacional desde 20 de junho de 2003;

CONSIDERANDO que a referida Convenção, na condição de tratado internacional de direitos humanos, foi incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro com *status* normativo supralegal, por força do parágrafo §2º do artigo 5º da Constituição Federal de 1988 e da jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal, fixada inicialmente no bojo do Recurso Extraordinário nº. 466.343/SP, de 3 de dezembro de 2008;

CONSIDERANDO que a Convenção nº. 169 reconhece a aspiração dos povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais de assumirem “o controle de suas próprias instituições e formas de vida e seu desenvolvimento econômico, e manter e fortalecer suas identidades, línguas e religiões, dentro do âmbito dos Estados onde moram”;

CONSIDERANDO que o mesmo diploma assegura aos povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais “o direito de escolher suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, **na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural**. Além disso, esses povos deverão participar da formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-los diretamente” (Artigo 7º);

CONSIDERANDO que a Convenção nº. 169 prevê que os governos deverão **consultar** os povos indígenas, comunidades quilombolas e

povos e comunidades tradicionais “cada vez que forem previstas medidas administrativas ou legislativas suscetíveis de afetá-los diretamente”, de boa fé, mediante procedimentos apropriados, e através de suas próprias instituições representativas, tratando-se do chamado direito à consulta prévia, livre e informada;

CONSIDERANDO que o Brasil é signatário da Declaração das Nações Unidas sobre Direitos dos Povos Indígenas, de 2007, documento que prevê, em seu artigo 19, que “Os Estados consultarão e cooperarão de boa-fé com os povos indígenas interessados, por meio de suas instituições representativas, a fim de obter seu consentimento livre, prévio e informado antes de adotar e aplicar medidas legislativas e administrativas que os afetem”;

CONSIDERANDO, também, que o Brasil é signatário da Declaração Americana sobre Direitos dos Povos Indígenas, aprovada pela Organização dos Estados Americanos em 2016, que em seu artigo XXIII, 2, estabelece que “Os Estados consultarão e cooperarão de boa fé com os povos indígenas interessados, por meio de suas instituições representativas, antes de adotar e aplicar medidas legislativas ou administrativas que os afetem, a fim de obter seu consentimento prévio, livre e informado”;

CONSIDERANDO que o Brasil reconhece o caráter obrigatório da jurisdição contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) desde 10 de dezembro de 1998, quando fora depositado documento junto ao Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), no qual o estado brasileiro se compromete a implementar as decisões do órgão decorrentes da responsabilidade internacional por violação de direitos humanos;

CONSIDERANDO que o §1º do artigo 5º da Constituição Federal dispõe que as normas definidoras de direitos fundamentais possuem força normativa e aplicabilidade imediata, o que se estende às normas estabelecidas em tratados internacionais de direitos humanos

ratificados no país, implicando dizer que a plena efetividade e aplicação do direito à consulta prévia, livre e informada previsto na Convenção nº. 169 prescinde de qualquer regulamentação, como o próprio Supremo Tribunal Federal atestou no julgamento da Pet. 3388 (Caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol) e da ADIn 3.239;

CONSIDERANDO que este Ministério Público Federal instaurou o procedimento em epígrafe para apurar a regularidade da implantação do Projeto Santa Quitéria, para exploração de Urânio e Fosfato na Mina de Itataia, localizada no Município de Santa Quitéria/CE;

CONSIDERANDO que no bojo do feito em epígrafe foram apresentadas representações nas quais se relata a desconsideração de comunidades tradicionais localizadas no entorno do empreendimento Projeto Santa Quitéria;

CONSIDERANDO que foi trazido ao conhecimento do MPF o fato de que as aldeias indígenas localizadas no entorno do Projeto Santa Quitéria teriam sido consideradas para fins de recebimento de cestas básicas pela FUNAI, durante o período de isolamento social causado pela pandemia de covid-19, mas não teriam sido consideradas para fins do componente indígena do processo de licenciamento ambiental;

CONSIDERANDO que no Processo de Licenciamento Ambiental nº 02001.014391/2020-17, a FUNAI informou ao IBAMA (SEI 11341591 - através do OFÍCIO Nº 1081/2020/CGLIC/DPDS/FUNAI, da Informação Técnica nº 151/2020/COTRAM/CGLIC/DPDS-FUNAI e do Parecer nº 662/2020/COIM/CGID/DPT-FUNAI) que a terra indígena mais próxima do empreendimento está a 136,58 km de distância do empreendimento Projeto Santa Quitéria, tratando-se da Aldeia Pitaguary;

CONSIDERANDO que, por meio do Ofício nº 49/2022/SEDIS - CR-NE-II/DIT - CR-NE11/CR-NE-II/FUNAI, informou ao MPF todas as aldeias indígenas beneficiadas com cestas básicas em decorrentes de ação realizada pela Coordenação Regional Nordeste II da Funai com o apoio do Ministério da

Cidadania, da Companhia Nacional de Abastecimento, do Exército e do Governo do Estado do Ceará (Termo de Execução Descentralizada nº 08/2020 - Medida Provisória nº 1008/2020), bem como a sua respectiva localização geográfica;

CONSIDERANDO que a ação acima mencionada demonstra a existência de populações indígenas localizadas em diversos municípios do entorno do Projeto, bem como em municípios onde o Projeto se encontra localizado, a exemplo da Aldeia Quixaba, em Santa Quitéria, e das Aldeias Gameleira e Feijão, no município de Canindé;

CONSIDERANDO a informação apresentada pela FUNAI, por meio do Ofício nº 204/2022/CONTRAM/CGLIC/DPDS/FUNAI, de que a Aldeia Quixaba, localizada no município de Santa Quitéria, onde será desenvolvido o Projeto Santa Quitéria, não foi considerada no seu posicionamento do componente indígena do processo de licenciamento **por não ter processo de demarcação concluído**;

CONSIDERANDO a informação apresentada pela FUNAI, através do Ofício nº 204/2022/CONTRAM/CGLIC/DPDS/FUNAI, de que as aldeias identificadas no Ofício nº 49/2022/SEDIS - CR-NE-II/DIT - CR-NE11/CR-NE-II/FUNAI não constam nas peças técnicas elaboradas para subsidiar parecer acerca do componente indígena do licenciamento, o que efetivamente demonstra que esses povos foram invisibilizados no posicionamento da FUNAI;

CONSIDERANDO que o artigo 225, caput e § 1º, IV, da Constituição da República, consagra os princípios da prevenção e precaução, consistentes na necessidade de prestígio à preservação socioambiental, inclusive com a vedação da continuidade de políticas econômicas e de desenvolvimento em caso de incerteza quanto aos impactos causados;

CONSIDERANDO que as terras tradicionalmente habitadas pelas comunidades indígenas estão submetidas a um regime constitucional de afetação às necessidades existenciais desses povos tradicionais, de modo que

a terra tradicional não se resume àquela na qual são realizadas as suas atividades produtivas (característica comum aos povos não indígenas), mas também àquelas imprescindíveis à preservação dos recursos naturais necessários ao seu bem-estar e a sua reprodução física e cultural, de acordo com seus usos, costumes e tradições, nos termos do art. 231, §1º, da CRFB;

CONSIDERANDO que a noção de terra indígena não se confunde, quer materialmente, quer juridicamente, com a de posse/propriedade civil, eis que sua expressão compreende o meio físico e o meio espiritual relacionado à preservação das suas necessidades culturais, ambos como uma só unidade;

CONSIDERANDO que a demarcação das terras de ocupação tradicional indígena não se trata de ato constitutivo, mas meramente declaratório, de modo a precisar a real extensão da posse e conferir eficácia ao mandamento constitucional, de forma que **não é o processo de demarcação que vai criar uma posse imemorial, um habitat remanescente**, mas somente delimitar a terra indígena, precisando os seus limites e definindo os seus contornos, não se podendo olvidar do fato de que, em muitos casos, a ausência de demarcação decorre da mora e da omissão do poder público em cumprir o seu mister;

CONSIDERANDO que, ante o exposto, a ausência de demarcação administrativa/judicial de terra indígena não pode ser fato ensejador da invisibilidade e da não consideração das presenças dessas populações;

CONSIDERANDO o Enunciado nº 15 da 6ª CCR, segundo o qual “O estudo dos impactos de um empreendimento sobre os povos indígenas e quilombolas não depende de demarcação formal das respectivas terras”;

CONSIDERANDO o Enunciado nº 29 da 6ª CCR, segundo o qual “A consulta prevista na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho é livre, prévia e informada, e realiza-se por meio de um procedimento dialógico e culturalmente situado. A consulta não se restringe a

um único ato e deve ser atualizada toda vez que se apresente um novo aspecto que interfira de forma relevante no panorama anteriormente apresentado”;

CONSIDERANDO o Enunciado nº 40 da 6ª CCR, segundo o qual “O MPF tem atribuição para atuar judicial e extrajudicialmente nos casos de impactos de empreendimentos sobre as comunidades indígenas e outros povos e comunidades tradicionais, por força dos arts. 129, V, da Constituição Federal e do art. 5], III, e do art. 6º, VI, c, da Lei Complementar n. 75”;

CONSIDERANDO que as aldeias indígenas existentes, mas não demarcadas, deixaram de ser consideradas pela FUNAI em seu posicionamento no componente indígena do Processo de Licenciamento Ambiental nº 02001.014391/2020-17, prejudicando a realização dos devidos estudos de impacto ambiental considerando as aldeias existentes na região vizinha ao empreendimento;

CONSIDERANDO que, analisando o processo de licenciamento do sistema adutor em trâmite na SEMACE, verificou-se a mesma irregularidade de considerar somente as terras indígenas e quilombolas que se encontrem demarcadas, o que se mostra patente no RELATÓRIO TÉCNICO Nº 1657/2022 - DICOP/GECON;

RESOLVE RECOMENDAR

1. À FUNAI, através de sua Coordenadora-Geral de Licenciamento Ambiental, Sra. CARLA FONSECA DE AQUINO COSTA:

1.1. Que emita posicionamento acerca do componente indígena do Processo de Licenciamento Ambiental nº 02001.014391/2020-17, de forma a contemplar todas as aldeias indígenas localizadas na região do Projeto Santa

Quitéria e não apenas aquelas que se encontram demarcadas, de modo que a avaliação dos impactos ambientais do empreendimento possa levar em consideração todos esses povos indígenas da região, a exemplo daqueles identificados no Ofício nº 49/2022/SEDIS - CR-NE-II/DIT - CR-NE11/CR-NE-II/FUNAI;

2. Às Indústrias Nucleares do Brasil, através de seu Presidente, Sr. Carlos Freire Moreira:

2.1. Que contemple nos estudos de impacto ambiental do Projeto Santa Quitéria TODAS as aldeias indígenas localizadas na região vizinha ao Projeto Santa Quitéria e não apenas aquelas que se encontram demarcadas, de modo que a avaliação dos impactos ambientais do empreendimento possa levar em consideração todos esses povos indígenas da região, a exemplo daqueles identificados no Ofício nº 49/2022/SEDIS - CR-NE-II/DIT - CR-NE11/CR-NE-II/FUNAI;

2.2. Uma vez identificada a possibilidade de impacto a esses povos indígenas que foram invisibilizados inicialmente, que seja providenciado/garantido o direito à consulta prévia, livre e informada;

3. Ao IBAMA, através de seu Diretor de Licenciamento Ambiental, JÔNATAS SOUZA DA TRINDADE:

3.1. Que determine às Indústrias Nucleares do Brasil - INB a complementação de seu estudo de impacto ambiental, bem como do relatório de impacto ambiental, de modo a contemplar a informação concreta

acerca dos impactos a todas as aldeias indígenas existentes no entorno do Projeto Santa Quitéria e não apenas aquelas que se encontram demarcadas;

3.2. Que se abstenha de emitir Licença Prévia até que o empreendedor tenha atendido às determinações contantes no item 3.1.

4. À SEMACE, através do Superintendente, Carlos Alberto Mendes, e da Diretora de Proteção e Controle Ambiental (DICOP), Sra. Emanuelle Leitão:

4.1. Que complementem o RELATÓRIO TÉCNICO Nº 1657/2022 - DICOP/GECON, bem como os demais documentos que tratem do componente indígena no processo de licenciamento ambiental nº 01722042/2022, para que TODAS as aldeias indígenas localizadas na região de implantação do sistema adutor que abastecerá o Projeto Santa Quitéria sejam consideradas e não apenas aquelas que se encontram demarcadas, de modo que a avaliação dos impactos ambientais do empreendimento possa levar em consideração todos esses povos indígenas da região, a exemplo daqueles identificados no Ofício nº 49/2022/SEDIS - CR-NE-II/DIT - CR-NE11/CR-NE-II/FUNAI;

4.2. Uma vez identificada a possibilidade de impacto a esses povos indígenas que foram invisibilizados inicialmente, que seja providenciado/garantido o direito à consulta prévia, livre e informada;

4.3. Que se abstenham de emitir qualquer tipo de licença até que tenham sido atendidas as determinações contantes nos itens 4.1 e 4.2.

Estabeleço o prazo de **10 (dez) dias** para que as autoridades destinatárias manifestem-se acerca do acatamento ou não da presente Recomendação, devendo informar sobre as providências tomadas, apresentando cronograma de realização das diligências, ou explicações acerca dos motivos da não adoção das medidas recomendadas.

A omissão na remessa de resposta no prazo estabelecido será considerada como recusa ao cumprimento da recomendação, ensejando a adoção das medidas legais pertinentes.

Sobral/CE, 06 de junho de 2022.

(Assinatura eletrônica)
Ana Karízia Távora Teixeira Nogueira
 PROCURADORA DA REPÚBLICA